

Vetos de Sarney abrangem quase 19%

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O presidente José Sarney vetou ontem 18,8% de todo o projeto do Orçamento Geral da União para este ano, aprovado em dezembro pelo Congresso, cortando despesas equivalentes a CZ\$ 22,5 trilhões de um total de CZ\$ 119,7 trilhões, a preços deste ano, mas prometeu ao presidente do Senado, Humberto Lucena, encaminhar ao Legislativo pedido de crédito especial restabelecendo parte dos programas, desde que isso não comprometa a meta de zerar o déficit público.

Ontem mesmo foi encaminhada ao Diário Oficial, para publicação hoje ou amanhã, a mensagem presidencial, os vetos e todos os anexos do orçamento, permitindo que até quinta-feira o Tesouro Nacional comece a autorizar pagamentos de acordo com a nova programação orçamentária.

Nenhum gasto poderá ser feito por conta dos programas vetados — como, por exemplo, a merenda escolar — até que o Congresso aprecie, após 15 de fevereiro, o projeto de crédito especial.

O principal alvo dos vetos presidenciais — que abrange o parágrafo único do artigo 3º, os incisos sete e nove do parágrafo único do artigo 4º, todo o artigo 5º e seus parágrafos, os artigos 7º e 8º, na íntegra, do projeto de lei orçamentária — foi o esquema de cobertura da maior rolagem das dívidas dos estados e municípios aprovada pelo Parlamento, que, juntamente com o refinanciamento dos

débitos de estatais, totaliza CZ\$ 6,3 trilhões, conforme as explicações dadas pelo secretário de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento (Seplan), José de Barros Ribas Neto.

O total de vetos — muito acima dos quase 5% do orçamento que o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, considerava necessários para evitar impacto sobre o déficit público — foi explicado como uma decorrência da exigência legal, que impede a rejeição de parte de uma determinada despesa. Em muitos casos o Congresso havia reduzido a dotação do Tesouro e aumentado os recursos provenientes de retorno de operações de crédito, na cobertura de determinada despesa, o que obrigou a Seplan a cortar integralmente o item — embora só a sobrevalorização do retorno tenha sido considerada irregular.

Por essa razão, o Executivo vetou CZ\$ 12,17 trilhões de um total de CZ\$ 13,99 trilhões que compunha o orçamento das operações oficiais de crédito, inviabilizando temporariamente a utilização desses recursos para financiar investimentos agropecuários, custeio pecuário e agrícola, investimentos em irrigação e da política de preços mínimos, estoques reguladores, investimentos industriais e comercialização de açúcar, além do financiamento das exportações (ver quadro I).

O Congresso havia elevado a previsão de retorno dessas aplicações, utilizando os recursos para cobrir despesas do orçamento fiscal que também haviam sido

do aumentadas — o que foi considerado inconstitucional, já que o certo seria anular despesas equivalentes para compensar aumento de gastos em outros itens.

Por consequência, o Executivo foi obrigado a vetar 117 projetos ou programas, espalhados por todo o País, que totalizam CZ\$ 3,03 trilhões (quadro II), correspondentes a gastos que seriam custeados parcialmente com recursos do orçamento de crédito.

Outros 31 projetos ou programas — no total de CZ\$ 901 bilhões — também foram vetados (quadro III) por terem sido objeto de aumento de despesas por parte do Congresso, que indicou, para cobertura dos gastos adicionais, um corte de CZ\$ 493 bilhões nos recursos destinados pelo Executivo ao “aumento da participação da União no capital da Siderúrgica Brasileira S.A.”. Ocorre que essa dotação destinava-se ao pagamento de débitos da Siderbrás. O Legislativo havia indicado, para a quitação desta dívida, recursos do fundo nacional de desenvolvimento (FND), cujo estatuto não permite sua utilização em empresas deficitárias.

O presidente vetou ainda cerca de CZ\$ 1 trilhão em despesas adicionais que o Congresso havia determinado, com base na utilização de um eventual excesso de arrecadação fiscal da União (anexo A).

O Executivo considerou que essas despesas criariam uma “indesejável expectativa de gastos”, podendo vir a causar déficit público no decorrer do ano.

Desse total vetado no Anexo A, CZ\$ 695 bilhões destinavam-se aos ministérios militares — e o restante beneficiava o Conselho de Segurança Nacional, os ministérios da Agricultura, Indústria e Comércio, Interior, Transportes e Ciência e Tecnologia, além da comercialização de açúcar.

Ribas Neto assegurou que as necessidades de verbas dos ministérios militares foram atendidas no projeto original de orçamento, sem o adicional instituído pelo Congresso, mas não descartou a possibilidade de projeto de lei de crédito especial restabelecendo alguns destes programas ve-

tados por Sarney. Da mesma forma, a partir de hoje a Secretaria de Orçamento e Finanças estará trabalhando na identificação de outros programas e obras que foram vetados mas necessariamente terão de ser restabelecidos através de crédito especial a ser solicitado ao Congresso.